

Oglobo
19/6/1967

Adeus, desenvolvimento sustentável

GUILHERME FIUZA

O Estado brasileiro nunca soube o que fazer com a Amazônia, símbolo híbrido de orgulho e estorvo nacional. No entanto, as três últimas décadas serviram, ao menos, para o Brasil descobrir o que não deve fazer com aqueles cinco milhões de quilômetros quadrados de floresta, água, gente, riquezas e problemas. Nesse período, os estrategistas da Nação decretaram o desenvolvimento da Amazônia segundo vocações diversas: locomotiva da agricultura nacional, campo livre para a pecuária, sítio de megaprojetos empresariais, vazio demográfico a ser colonizado pelo excedente populacional do Brasil atlântico e outros. Todos conhecem os desastres sociais e ambientais decorrentes desta comédia de erros.

O alarme soou no final dos anos 80: o desmatamento anual consumia uma área equivalente ao município do Rio de Janeiro; índios, seringueiros e ribeirinhos inchavam a pobreza das cidades; a malária e o mercúrio contaminavam em níveis nunca vistos; cresciam os conflitos agrários; Chico Mendes era assassinado. As pressões internacionais forçaram o país a perceber que o dilema entre desenvolvimento e preservação era falso. O Estado continuava sem saber o que fazer com a Amazônia, mas importara um conceito mágico para avaliar o futuro da região: o desenvolvimento sustentável.

De Fernando César Mesquita a Gustavo Krause — passando por Lutzenberger, Goldemberg, Ricupero e outros — a gestão da política ambiental brasileira foi saindo da sua Idade Média. A destruição foi amenizada com paliativos, mas uma questão se impunha aos xerifes verdes do Estado: por onde começar o tal desenvolvimento sustentável na Babel amazônica? A busca da resposta apontou para um conceito menos mágico e mais prático — o zoneamento econômico-ecológico (ZEE). O princípio é simples. Basicamente, significa cruzar os dados sobre presença e atividades humanas com os dados sobre ocorrência dos recursos naturais ao longo do território — ou seja, sobrepor os mapas sócio-econômico e ambiental da região. O resultado é que da mineração ao extrativismo, da exploração madeireira à pesquisa biológica — dentro dos limites, cotas e padrões indicados pelo ZEE — há lugar para tudo na Amazônia.

Todos os secretários e ministros do Meio Ambiente e da Amazônia aprenderam a repetir que, em termos estruturais, o ZEE é a salvação da Amazônia — ou pelo menos o começo dela. Mas, como é de execução complexa e não move a opinião pública, o ZEE tornou-se uma daquelas prioridades que ficam para depois. A idéia do zoneamento econômico ecológico seria, até hoje, apenas mais uma unanimidade de gaveta se não tivesse virado realidade em Rondônia, através do projeto Planaflo, encomendado e financiado pelo Banco Mundial (Bird).

O Planaflo nasceu de uma catástrofe ambiental, o projeto Polonoroeste (parcialmente financiado pelo Bird), que espalhou meio milhão de colonos em Rondônia pela recém-asfaltada BR-364, resultando nas mais altas taxas de desmatamento já registradas na Amazônia. Pressionado mundo afora, o Bird virou o jogo e promoveu em Rondônia o primeiro macrozoneamento de um estado brasileiro, ponto crucial de um projeto de US\$ 230 milhões. Apesar dos problemas de execução, o Planaflo tornou-se um símbolo internacional da busca do casamento entre o desenvolvimento econômico e a sobrevivência das florestas.

Mas o que poderia ser o projeto do século XXI para toda a Amazônia pode não emplacar o ano que vem. O Planaflo vem sendo minado, ora por seus adversários, ora por seus próprios executores — que às vezes são a mesma coisa. Há registros, por exemplo, de madeireiras atuando na zona destinada ao extrativismo, e pressionando o Governo de Rondônia a legitimar o atropelo ao zoneamento. Pecuaristas, mineradores e grileiros engrossam o lobby.

O outro lado da fritura do Planaflo parece estar dentro do próprio projeto. A falta de mecanismos eficientes de controle de gastos, surpreendente num programa desta monta, começa a desfigurar os seus propósitos originais. Permite, por exemplo, que o In-cra realize assentamentos dentro da zona de parques e reservas, em desabrida sabotagem aos objetivos do projeto. Denúncias chovem sobre o Governo de Rondônia, acusado, entre outras manobras, de repassar recursos do projeto diretamente para empreiteiras encarregadas de obras rodoviárias.

Em seu percurso pela burocracia dos órgãos públicos, o dinheiro do Planaflo dificilmente chega a oxigenar os projetos comunitários de extrativismo, pesca sustentável e exploração agroflorestal. A asfixia tem conseqüências conhecidas: expansão da fronteira de destruição da floresta e êxodo rural — o que significa, em última análise, a falência do projeto.

Nas últimas semanas, o Bird andou pedindo publicamente “apoio político” para prosseguir com o Planaflo. Tradução: quer ajuda da sociedade brasileira para dobrar os caciques locais e reformular o modelo de gestão do projeto. Para salvá-lo, seria necessário, de saída, condicionar o repasse de recursos a um planejamento mais detalhado da sua aplicação e, principalmente, criar uma instância representativa — talvez uma comissão multipartite — com poder de controle e veto sobre os gastos do projeto.

O contrato atual do Planaflo vence no final deste ano. Hoje, seus recursos somam cerca de 10% do orçamento de Rondônia, e o Governo do estado não quer largar o osso. Para o Bird, sepultar o projeto seria um sério desgaste político internacional, mas mantê-lo apenas como uma teta no faroeste tropical também não lhe serve. No exato momento em que o Governo federal começa a destinar créditos expressivos para projetos extrativistas e pesquisa em biodiversidade, a ida do Planaflo para a lata de lixo do Bird pode ser um golpe duro demais para os sonhos de desenvolvimento sustentável na Amazônia. Logo agora que o Estado brasileiro começava a aprender o que fazer com ela...